

CONFERENCIAS DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

IX

EDUARDO ABRANCHES DE SOVERAL

**LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA O SISTEMA  
DE ENSINO E PARA A VIDA CULTURAL  
NA ERA TECNOLÓGICA**

"Oração de Sapiência" proferida na sessão de inauguração das  
novas instalações da Faculdade em 5 de Dezembro de 1995



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

PORTO—1995

---

SOVERAL, Eduardo Abranches de  
Linhas de Orientação para o Sistema de Ensino e para a Vida  
Cultural na Era Tecnológica / Eduardo Abranches de Soveral . —  
Porto : Faculdade de Letras, Conselho Directivo, 1995 . — 18 págs. ;  
21 cm. — (Conferências da Faculdade de Letras do Porto ; 9)

*Local:* Porto

*Editor:* Conselho Directivo da F.L.U.P.

*Ano:* 1995

*Impressão e acabamento:* Imprensa Portuguesa - Porto

*Tiragem:* 300 exemplares

## LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA O SISTEMA DE ENSINO E PARA A VIDA CULTURAL NA ERA TECNOLÓGICA

1. O tema é ambicioso, mas inevitável. No amanhecer de uma nova era — em que as máquinas se multiplicam vertiginosamente sobre a face da terra, disputando o espaço e agredindo os seres vivos da natureza, e condicionando, cada vez mais, a vida quotidiana dos homens, — urge visionar, com a maior lucidez, o mundo novo que diante de nós se vai formando.

É esse o maior dever social dos intelectuais; designada e especialmente, o maior dever dos universitários.

2. Parece assim oportuno que nesta "oração de sapiência" vos convide a reflectir, caros colegas, sobre o problemático futuro que a todos nos aguarda.

Não devemos renunciar a uma visão abrangente, apesar da sua enorme dificuldade. Sem ela não será possível definir qualquer rumo. Terei por isso que me limitar à mera indicação dos tópicos que considero mais relevantes.

Esclareço desde já que aquilo que vou propor à vossa reflexão é algo de muito pessoal. E fruto embora de meditações que desde há muito me acompanham, está obviamente aberto a todas as críticas pertinentes. Como aprendiz de filósofo, já veterano mas sempre entusiasta e fiel à sua vocação, continuo a amar muito mais a verdade do que os aplausos.

3. Convirá, antes de mais, sublinhar o fundamental, imediato e generalizado interesse prático da reflexão teórica, em especial quando, como agora, as convicções ideológicas perderam o vigor, e tudo se problematizou.

Interessará principalmente contrapô-la à suficiência pragmática dos políticos, em particular quando exercem levemente o seu trágico ofício, não advertindo — como lucidamente preveniu Max Weber — que é próprio da sua condição tomar graves decisões públicas que podem ter consequências imprevisíveis que não desejam, mas pelas quais, apesar disso, são responsáveis.

Esta trágica e essencial responsabilidade não é possível dissolvê-la no anonimato dos órgãos colegiais, nem endossá-las aos governantes depositos, ou mesmo aos eleitores que mal os escolheram. Em última instância, pesará sobre o conjunto da classe política, e poderá pôr em questão a viabilidade ética dos regimes.

4. Não podemos demorar na análise do problema, como se compreende. Interessamos apenas ver qual será o papel da Universidade no quadro das relações entre a acção política, indispensável na construção do futuro, e a especulação teórica sobre as graves interrogações da era tecnológica que desponta.

Para maior clareza — e depois de feita a Platão a respeitosa reverência que lhe é devida — será necessário renunciar, realisticamente, ao ideal do filósofo-governante. A verdade é que, quando não resistem às seduções do Poder, ou quando, em consciência, entendem dever seguir por esse caminho, os cientistas e os filósofos mudam de mentalidade e de estatuto social; passam a ter que pensar em função de decisões arriscadas, urgentes e complexas, onde se cruzam vários interesses, e onde é preciso captar logo, como que por instinto, o sentido das melhores soluções; forçados a abandonar o plano

puramente teórico, não terão mais tempo nem condições para estabelecer linhas de orientação criticamente fundamentadas e permanentemente problematizadas e revistas.

Efectivamente — e em relação à matéria agora em pauta — não é próprio dos governantes nem dos funcionários públicos criar cultura ou ensinar. Compete-lhes, isso sim, propiciar as melhores condições para que a vida cultural floresça e para que as novas gerações sejam preparadas para a sua realização pessoal e para o exercício da cidadania. Para tanto é obviamente necessário que estabeleçam e executem uma boa política. Mas só o poderão fazer se estiverem virtuosamente atentos a tudo aquilo que, sobre as grandes linhas dessa política, as instituições e as personalidades para tanto competentes e vocacionadas, publicamente disserem.

E devemos reconhecer que essa virtuosa atenção não é fácil. Será porventura exagerado dizer que o Poder enlouquece. Mas é seguramente verdade que faz perder, com facilidade, a visão dos limites, quer pessoais quer institucionais.

É por isso necessário que a Universidade não perca a consciência da responsabilidade, da autoridade e da dignidade que a História ainda lhe confere, e a Sociedade ainda lhe reconhece, para fazer, na matéria, urgentes exposições públicas, e de submeter a uma permanente crítica construtiva a política cultural e de ensino que aos governantes compete definir e executar.

É evidente que, se a Universidade se omitir; se renunciar a ser a consciência crítica do País; se não considerar como prioritárias a investigação científica e a especulação teórica e se resignar à divulgação repetitiva de saber alheio; se perder a noção das suas responsabilidades quanto à formação dos mais altos quadros culturais; se, numa palavra, perder a identidade própria e não souber o que fazer de si, — não será justo que se exija, a qualquer Governo, a definição de uma clarividente política cultural e de ensino.

Em resumo: compete ao Estado tomar decisões públicas, casuísticas ou programáticas; às restantes instituições sociais, designadamente às Universidades, compete-lhes instruí-lo para que decida bem. A Universidade não é um grupo de pressão; não tem que reivindicar nada; tem que exercer, também no plano político, uma acção pedagógica.

5. Uma outra observação prévia é também necessário fazer: os tempos em que vivemos são ainda dominados por critérios economicistas, não se advertindo que tais critérios são por essência instrumentais. Assiste-se ainda a uma sobrevalorização mítica do poder do Dinheiro. E assim se julga por vezes, insensatamente, que a solução dos problemas que afligem o ensino serão automaticamente resolvidos se o Estado lhe atribuir verbas super-abundantes. Como se o dinheiro pensasse... ou levasse sequer a pensar com independência e justiça... Como se não fosse desejável que um mau governante não tivesse ao seu dispor verbas avultadas...

6. Por outro lado, verifica-se que a indústria produtora de *coisas*, de artefactos materiais, tem um interesse social e de mercado cada vez menor; e que, em contrapartida, as indústrias voltadas para a prestação de serviços e para a produção de bens culturais, tendem a crescer vertiginosamente. E se já hoje claramente se vê que os empresários carecem de sensibilidade e perspectivas humanistas para não comprometerem, por miopia, os seus empreendimentos, — parece legítimo prever que o empresário do futuro deverá ser um humanista, tecnicamente assessorado, que saiba e goste de aproveitar todas as potenciais serventias culturais da Tecnologista-Humanista, entenda-se, por estar atento a todas as dimensões do Homem e à sua essencial vocação para o Absoluto.

7. É pois tendo diante dos olhos o contexto histórico e sociológico em que estamos inseridos — e ciente de que cumpro um dever cívico — (o que me absolverá da modéstia da minha contribuição) — que a seguir vos apresentarei, necessariamente de forma muito resumida, o que penso serem as linhas de orientação para uma política cultural e de ensino.

8. Não vou arriscar-me pelos domínios da futurologia; tomarei como indicadores as linhas de força que se projectam no próximo futuro e são hoje tão patentes já que se converteram em lugares-comuns. Vejamos:

1) A era tecnológica é irreversível. O neo-bucolismo dos ecologistas seria utópico se se propusesse regressar à vida quotidiana anterior à revolução das máquinas.

2) E não só é irreversível como é desejável. A tecnologia trouxe aos homens benefícios extraordinários, e é de presumir que no futuro os amplie ainda mais.

3) A acção técnica contém todavia no seu bojo potenciais efeitos nocivos que chegam a ameaçar a sobrevivência da espécie.

4) Tal acontece porque, sendo essencialmente instrumental, ela não possui em si mesma uma linha de orientação; os princípios da economia e da eficácia que a animam são também subalternos e axiologicamente neutros; tanto servem para o bem como para o mal.

9. Daqui ressalta já uma primeira linha norteadora da actividade cultural e do ensino: é necessário humanizar a técnica; é preciso ensinar o uso adequado das máquinas; é imperioso impedir que as máquinas potenciem, na sua inocência de artefactos

inconscientes e passivos, os erros, as maldades e as perversões dos homens, e que veiculem a imagem repelente e degradada de um mundo bem pior do que aquele que é, apesar de tudo, o mundo real.

Designadamente pois, é necessário ensinar os utilizadores dos meios técnicos de comunicação a não ignorarem nem desprezarem as suas responsabilidades éticas, pedagógicas e cívicas. Para tanto, uma isenta reflexão teórica sobre o fenómeno da comunicação social tem muito a revelar, fazendo ver, nomeadamente, que sendo embora o público o último juiz do trabalho desses comunicadores, ele não pode nem deseja orientá-lo; que esse mesmo público acaba sempre por castigar aqueles que o valorizam negativamente, mitificando-o como um poder soberano mas ignaro e tonto; e, ainda e sobretudo, que as respostas sociais não são instantâneas e que os resultados quantitativos das sondagens, mesmo quando sucessivas e sistemáticas, têm que ser interpretados em termos muito hábeis; como hoje diria Bergson, uma sequência de fotografias pode simular um movimento físico com fidelidade, mas não é capaz de traduzir um movimento orgânico, nem, muito menos, um movimento espiritual, livre e espontâneo por essência.

10. Para que a Universidade se possa ocupar adequadamente de todas estas questões, é necessário, antes de mais, que o sector das Humanidades seja justamente valorizado, não continuando a ser visto como parente pobre e quase inútil que merece, quando muito, uma sobrevivência de modesta mediania; e que a mesma Universidade, recuperando a visão da sua essência, se estructure de maneira a que as ciências humanas, as artes, as ciências formais, as ciências da natureza e a filosofia se entrelacem numa interdisciplinaridade mutuamente fecunda.



E isso tanto no plano do ensino profissional superior, como no plano da Universidade propriamente dita, especialmente vocacionada para a investigação pura, para a formação genérica, e para a concessão de graus académicos de pós-graduação.

11. Outra linha de força, infelizmente tão visível já, é a da preocupante fragilidade da instituição familiar. O tipo de família hoje esmagadoramente maioritário nos meios urbanos é aquele em que pai e mãe trabalham fora de casa e partilham com os filhos instalações domésticas onde o espaço é reduzido ao mínimo. O **lar** parece ser uma entidade sociológica em vias de extinção. Nos agregados familiares de hoje não é possível cuidar dos filhos, nem educá-los, nem tratá-los quando adoecem, nem dar-lhes sequer todas as refeições diárias. A família dos nossos dias pouco mais oferece do que o jantar em frente da televisão, uma cama para dormir, instalações sanitárias e o café da manhã...

Este generalizado estado-de-coisas impõe ao Estado, dada a sua essencial função supletiva, acrescidas responsabilidades numa área que tradicionalmente não era sua.

Tem pois que enfrentar, como prioritária, a assistência e a formação infantis. Delicada e difícil tarefa. Não deve o Estado situar-se em nenhum dos dois extremos:

*a)* nem aproveitar-se da anómala circunstância para impor às crianças os valores da sua ideologia;

*b)* nem desinteressar-se inteiramente da sua educação, não lhe ministrando sequer, como lhe compete, uma boa formação cívica.

Deverá actuar na matéria de forma vigilante e escrupulosamente supletiva, propiciando às várias instituições não-estatais e à iniciativa privada, designadamente através

de subsídios e incentivos fiscais, as melhores condições de trabalho; e legislando por forma a que sejam atribuídos aos pais, não só o direito, mas também o dever, de definirem e acompanharem a orientação dos filhos nos seus primeiros anos.

Compete-lhe, por fim, completar com serviços próprios a rede de assistência infantil, garantindo assim, a todas as crianças, a alimentação, os cuidados médicos, e a formação pré-escolar de que carecem. E não se pense que o Estado assim gastará sem retorno, — legitimamente embora — muito dinheiro. Fará, pelo contrário, um investimento que a longo prazo lhe dará altos dividendos.

12. Um outro vector que se projecta no próximo futuro é a progressiva igualização das classes, e a generalizada aceitação dos ideais cristãos e democráticos da liberdade e da igualdade civis, e da justiça social.

Ninguém aceita hoje, como justos, privilégios de nascimento.

Ninguém aceita hoje, como justo, que o Estado se não esforce por dar, a todas as crianças e a todos os jovens, idênticas oportunidades para conseguirem a sua realização pessoal, e para virem a ocupar, na hierarquia social, os lugares que estão ao alcance das suas capacidades e méritos.

Por sua vez, o acesso aos bens da cultura, que são, por sua natureza, intensivos e susceptíveis de se desdobrarem e enriquecerem à medida que os seus fruidores aumentarem, para tanto, a sua capacidade, — exige que o Estado faculte, a todos, uma sólida formação de base.

É necessário aceitar definitivamente, e com clareza, pois a isso nos obriga também a imagem que já podemos ter dos próximos tempos, que as novas gerações devem

ser preparadas para uma sociedade onde as horas de trabalho obrigatório ou assalariado irão progressivamente diminuindo. E onde, por via disso, a Família poderá recuperar condições para o exercício das suas insubstituíveis funções sócias.

Já quase tocamos com a mão a "sociedade do lazer" que se avizinha. Mas o seu advento poderá ser bloqueado se os valores económicos e técnicos continuarem prevalentes.

E para que tal não aconteça é necessário que a Universidade e todos os criadores de bens culturais patenteiem a visão generalizada de valores humanamente mais ricos. Se a cabeça e o coração dos homens, e se as estruturas sociais se não abrirem às crescentes manifestações de Espírito (que, repetimos, a era tecnológica pode propiciar, se for humanizada) — continuaremos trágica e perversamente submetidos a forças colectivas que, nos seus movimentos mecanizados, teimam cegamente em instrumentalizar-nos também em função de objectivos que, no fundo, ninguém sabe como serão.

É pois necessário — repetimos — que a todos os nossos jovens seja dada uma sólida formação de base, sem especializações profissionais prematuras, mas antes capacitada para permitir duas coisas muito importantes:

*a)* que exerçam qualquer profissão sem que fiquem marcados pelo estigma de uma menorização social, pois o seu exercício já não será, em nenhum caso, índice de incultura;

*b)* que os empresários dos vários ramos de actividade económica disponham de mão-de-obra basicamente qualificada que facilmente aprenderá o que, consoante as circunstâncias, for específico.

13. Essa já será agora uma exclusiva responsabilidade do Estado.

Compete-lhe garantir a todos — gratuitamente — a instrução e a formação de base exigida pela nossa sociedade em mudança. A

instrução visará simultaneamente:

a) Uma boa preparação tecnológica. É imperdoável que não aprendam todos a conhecer, por dentro, as máquinas que usam diaramente, e nelas não saibam fazer, por suas mãos, as reparações mais simples.

b) Uma boa preparação humanista que dê a todos fácil e gratificante acesso aos bens da cultura, e, juntamente com ela, e a partir de uma perspectiva nacional, uma visão segura do mundo em que vivemos, quer na sua dimensão histórica, quer na geográfica e sociológica, e a todos capacite para a rápida aprendizagem de qualquer profissão.

A formação será de ordem ética e cívica. Aquela ligada, conforme os casos, às várias confissões religiosas, e destinada a facilitar a identificação e a realização pessoal de cada jovem, A formação cívica, votada a preparar o exercício consciente e responsável da cidadania.

14. Este largo período de escolaridade obrigatória e gratuita, que, em princípio, deveria cobrir toda a adolescência, haveria que ser organizado por forma a atingir dois objectivos aparentemente contraditórios:

d) Permitir a identificação dos mais capazes, para que desde logo fique acautelado o seu prosseguimento escolar. Observe-se que nesta capacidade não deveria ser avaliada só a componente intelectual, mas também o carácter e a disposição para o estudo. E repare-se ainda que, na circunstância, não está só em jogo o direito que cada um tem de ocupar na vida colectiva o posto correspondente aos seus méritos, mas também o interesse geral da sociedade em não desperdiçar os seus melhores valores.

*h)* Mas não traumatizar também, nem deixar diminuídos, os menos dotados, ou mais frágeis de temperamento ou carácter. As reprovações e todas as formas de exclusão por insucesso escolar não são hoje a forma mais adequada de avaliar e seleccionar. O critério darwiniano e economicista da luta pela vida, da competição pura e dura, não é o único nem o melhor meio para que os mais capazes se revelem. E isso não só porque assim se concede demasiado ao voluntarismo e à crueldade, mas porque assim se fere uma característica essencial das sociedades humanas, que desde Aristóteles ficou claramente identificada no plano teórico. Trata-se dos laços afectivos implícitos na própria noção de sociabilidade, que a Escola deve deliberadamente cultivar. E se me é permitido descer a pormenores de ordem prática, direi que uma das maneiras pelos quais poderá conseguir-se este segundo objectivo seria estabelecer que, nas várias disciplinas, a avaliação do aproveitamento se não fizesse por notas e passagens de ano, mas por níveis. Isso daria às provas uma feição inteiramente positiva e levaria a que, com o tempo, se considerasse inteiramente normal que no fim do período de escolaridade obrigatória, fossem diversos os níveis atingidos pelos alunos nas diferentes cadeiras que frequentaram.

15. Surge por último o plano do ensino universitário e do ensino profissional superior. Penso serem neste campo muito menores as responsabilidades do Estado.

Desde que garanta o ensino pós-obrigatório a todos aqueles que para tanto tenham capacidade, e empenhadamente o desejem, através de bolsas ou de créditos facilitados e bonificados — terá o Estado cumprido a sua obrigação. Mais do que isso será gastar indevidamente os dinheiros públicos.

Ficará assim o ensino superior fundamentalmente a cargo de instituições não-estatais e aberto à iniciativa privada.

Às Universidades e às Escolas Superiores Profissionais públicas, indispensáveis ao sistema, deverão, a nosso ver, ficar essencialmente cometidas duas funções:

*a)* A de serem escolas exemplares que imponham um alto padrão de exigência.

*b)* A de garantirem a qualidade dos graus académicos posteriores à licenciatura, quer reservando para si algumas das provas necessárias à sua obtenção, quer presidindo aos júris das provas feitas nas instituições particulares.

Quanto à investigação, competirá às Universidades dedicarem-se à investigação pura em todos os domínios culturais; e às Escolas Superiores Profissionais uma investigação tecnológica de ponta.

16. Ocupemo-nos, para terminar, da tão celebrada autonomia financeira e da não menos propalada gestão universitárias.

As Universidades de figurino mais antigo são mesmo, neste particular, severamente chamadas a capítulo. E a inquietação chega a instalar-se no espírito de alguns responsáveis: serão elas capazes de fazer contas e bem administrarem os seus dinheiros, mostrando assim que têm vitalidade para se adaptarem aos novos tempos?

Convenhamos em que há aqui, entrelaçados, muitos equívocos e muitas imprecisões.

A autonomia essencial às Universidades, quer públicas quer privadas, é a autonomia especulativa, científica e pedagógica. E a limitada tutela que acima indicámos como sendo própria das Universidades estatais não pode ofender, nas particulares, essa autonomia essencial. Estas, se não a possuírem, não serão Universidades mas escolas secundárias. E se a culpa pela falta dessa autonomia universitária essencial for dos seus

proprietários ou gerentes, por sacrificarem os valores culturais aos económicos, elas deixarão mesmo de ser escolas e se transformarão em fábricas de diplomas mais ou menos falsificados.

É claro que, para o exercício da autonomia própria das Universidades, são precisos recursos financeiros. E quanto a esta questão, as Universidades públicas e as particulares estão obviamente em condições diversas.

As primeiras são sustentadas pelo Estado. Não é problema seu determinar os meios de que esse mesmo Estado se deve socorrer para o efeito; se é ou não conveniente, e em que medida, aliviar o Tesouro cobrando taxas ou propinas aos Alunos.

O que não podem aceitar é o presente grego da sua pseudo autonomia financeira, que para elas não tem sentido, porque não têm, nem podem ter, como instituições públicas que são, liberdade para cobrarem pelos serviços que prestam o que melhor entenderem. As Universidades particulares é que terão de o fazer sob pena de falência. E este é um outro ponto que as distingue das Universidades estatais, que não podem tomar a decisão de fechar por inviabilidade económica.

É evidente que o alheamento quanto às fontes do seu financiamento não significa que as Universidades estatais possam ser um sorvedoiro leviano e irresponsável de dinheiros públicos. Elas deverão elaborar periodicamente um minucioso orçamento das suas despesas, orçamento esse que o Estado analisará, discutirá e eventualmente ajustará, sem que haja, naturalmente, prejuízo para a investigação e para o ensino.

No que respeita aos proverbiais desperdícios dos serviços públicos, também as Universidades não têm qualquer culpa. Elas são, pelo contrário, vítimas de um funcionalismo obsoleto e surrealista, que esmaga, ou não tira devido proveito, de algumas

personalidades de eleição que o integram. Serão elas as primeiras a aplaudir no dia — que tanto tarda — em que o Estado reforme a sua administração, adequando-a aos condicionalismos sociológicos e técnicos do mundo de hoje.

17. Parece-me assim muito mais pertinente a clara distinção entre os sectores público e privado do ensino superior, do que a tentativa, antecipadamente falhada, me parece, de privatizar progressivamente as Universidades estatais.

É pois inteiramente ilegítimo, a meu ver, identificar modernização com auto-gestão.

Por certo que as Universidades do Estado precisam — e muito — de se apre-feiçoarem e adaptarem aos novos tempos.

Mas não podem aceitar que, na sua avaliação, se considere que elas são tanto mais modernas e dignas de louvor, quanto menos pesarem no erário.

18. Já vai longe este meu depoimento. E eu próprio tenho dúvidas sobre o seu mérito e o seu préstimo.

Mas, na circunstância, nele cumpro, com independência e sentido das responsabilidades, o meu dever de universitário. E isso me basta.

Porto, 5 de Dezembro de 1995